

# Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática

## Parts of speech: a critical path towards a didactic relevance

José Carlos de Azeredo\*

### RESUMO

A unidade da língua conhecida como ‘palavra’ sempre ocupou o centro da análise gramatical no Ocidente, desde os estudos dos filólogos gregos realizados no século II a.C. A associação entre o conceito de palavra e a estruturação do pensamento percorreu os séculos: o ato de pensar envolve seres, nomeados por substantivos, e as ações que eles praticam, nomeadas pelos verbos. Aprendemos nos bancos escolares uma grade classificatória oficial, em vigor no Brasil desde 1959 (a Nomenclatura Gramatical), que compreende dez classes. A tradição escolar nos ensinou a identificá-las pelo que significam: substantivos nomeiam seres e objetos, verbos denotam ações e processos, advérbios expressam circunstâncias etc. etc. Esse é, de fato, o perfil de muitos substantivos (*peixe, lápis*), verbos (*nadar, crescer*) e advérbios (*agora, assim*). No entanto, a existência de tantas outras espécies semânticas de substantivos, de verbos e de advérbios impede a formulação de definições concisas e abrangentes para essas classes com base no que as formas reunidas em cada uma significam. Os critérios de classificação devem ser objetivos e abrangentes. No caso das palavras, esses critérios têm de se basear em suas propriedades gramaticais, presentes em sua forma (características morfológicas) e reveladas nas posições que ocupam e nas relações que contraem

*Articulista convidado*

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.500>

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [jc.azeredo@terra.com.br](mailto:jc.azeredo@terra.com.br)

**Confluência.** Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 296-323, junho 2021

no interior da frase (características combinatórias ou sintáticas). O presente artigo aborda o status das diferentes classes de palavras à luz da história do pensamento gramatical, de sua problematização teórica e de sua relevância pedagógica.

**Palavras-chave:** Conceito de palavra; critérios de classificação; relevância pedagógica.

#### ABSTRACT

The unity of the language known as 'word' has always been at the center of grammatical analysis in the West, since the studies of Greek philologists in the 2nd century BC. The association between the concept of word and the structuring of thought has gone down through the centuries: the act of thinking involves beings, named by nouns, and the actions they perform, named by verbs. We learned in school benches an official classificatory grid, in force in Brazil since 1959 (the Brazilian Grammatical Nomenclature), which comprises ten classes. School tradition has taught us to identify them by what they mean: nouns name beings and objects, verbs denote actions and processes, adverbs express circumstances etc. etc. This is, in fact, the profile of many nouns (*fish, pencils*), verbs (*to swim, grow*) and adverbs (*now, so*). However, the existence of many other semantic species of nouns, verbs and adverbs prevents the formulation of concise and comprehensive definitions for these classes based on what the forms gathered in each mean. The classification criteria must be objective and comprehensive. In the case of words, these criteria must be based on their grammatical properties, present in their form (morphological characteristics) and revealed in the positions they occupy and in the relationships they contract within the sentence (combinatory or syntactic characteristics). This article addresses the status of the different classes of words in the light of the history of grammatical thought, its theoretical problematization and its pedagogical relevance.

**Keywords:** Word concept; classification criteria; pedagogical relevance.

## Introdução

‘Linguagem’ e ‘palavra’ são termos que fazem parte de nossa experiência corriqueira da vida social, onde estão enraizados como certezas construídas pelo senso comum. Somente a experiência escolar, promovendo o acesso ao mundo da escrita, será capaz de suscitar questionamentos e criar as condições favoráveis à compreensão técnica desses conceitos. Aí é chegado o momento de conhecer cada coisa para além da respectiva utilidade prática.

É o momento de descobrir até onde a indagação sobre a linguagem pode nos levar. É o momento das definições e da análise. ‘Linguagem’ e ‘palavra’ deixam, então, de ser entidades “óbvias” estocadas no senso comum, e se tornam objetos a ser observados, compreendidos e explicados. É o momento da experiência científica.

Começemos, então, por uma reflexão que revele características de nosso objeto de estudo que as lentes do senso comum não alcançam.

## 1. O que é uma língua?

A comunicação entre duas pessoas se realiza por meio de sinais de tipos variados. Os sinais mais comuns são os produzidos por meio de sons e de gestos, frequentemente combinados no mesmo ato comunicativo. Quando a substância utilizada na produção desses sinais é a voz, o conjunto estruturado deles recebe o nome de LÍNGUA, dom que distingue a espécie humana e sintetiza sua complexidade no conjunto dos seres vivos.

Há muitos critérios para conceituar **língua**. Um deles, provavelmente o mais óbvio para a comunidade de seus usuários, é a função social na vida cotidiana. Trata-se do critério que dá conta da face mais óbvia de uma língua: sua utilidade como meio de interação humana. Podemos chamá-lo de critério *interacional* ou *sociocomunicativo*.

Esta é uma característica eminentemente externa de uma língua, a face pela qual ela se exterioriza, mas não é sua propriedade essencial, já que tal utilidade não lhe é exclusiva. A função comunicativa é, na verdade, o “produto final”, no qual se concretiza uma série de outras propriedades da língua. Embora sejam menos óbvias, essas propriedades são, entretanto, mais importantes como critério de definição, uma vez que são determinantes do sucesso ou do fracasso da função comunicativa. A identificação dessas outras propriedades, por assim dizer ocultas ou menos evidentes, passa por três critérios, que chamaremos *cognitivo*, *estrutural* e *antropológico*.

A abordagem cognitiva busca explicar como a língua organiza e expressa o conhecimento das coisas. Por esse critério, a língua que aprendemos a falar em virtude de nossa predisposição natural para o uso de símbolos é um fenômeno mental; seu papel é funcionar como um filtro que processa e enquadra a experiência do mundo em categorias (p. ex., as representações de ‘lugar’ e de ‘tempo’, de ‘singular’ e de ‘plural’, e a atribuição dos papéis de ‘agente’ e ‘paciente’, etc.), a fim de transformar tudo que possa ser concebido e retido pela mente humana em assunto de nossas conversas, de nossos textos.

O ponto de vista estrutural realça o conceito de língua como um complexo sistema de unidades combináveis por meio de regras. Essas unidades pertencem a dois planos: expressão (ou plano do significante) e conteúdo (ou plano do significado). O plano do significante corresponde à parte sensível, ao material sonoro ou gráfico, e o plano do significado diz respeito às informações, às ideias, aos pensamentos, aos conceitos armazenados na mente e processados por ela. À menor unidade da língua em que essas duas faces ocorrem combinadas a linguística estrutural chamou ‘signo linguístico’. Uma palavra (ou uma parte dela provida de significado) é um signo linguístico.

O olhar antropológico, por sua vez, se interessa pela relação entre a língua e o conhecimento do mundo como um fato histórico e cultural. Desse ponto de vista, uma língua é um sistema de comunicação criado pelos seres humanos ao longo de sua história como seres organizados em sociedade. Ela é, portanto, um bem cultural – assim como as artes, as profissões, os esportes, o vestuário, a culinária etc. –, com uma importante diferença em relação aos demais bens culturais: a língua acompanha o ser humano desde que ele nasce e, ao longo de sua existência, vai modelando a forma pela qual ele conhece o mundo e faz desse conhecimento o assunto de suas interações com seus semelhantes. É principalmente por meio de uma língua que a cultura de um povo, sob a forma de conhecimento memorizado, se expressa e se dissemina na sociedade.

Essas conceituações revelam diferentes pontos de vista sobre a linguagem, mas são complementares entre si. De fato, uma língua é ao

mesmo tempo um instrumento de comunicação (ponto de vista social), um sistema (ponto de vista estrutural), um fato histórico-cultural (ponto de vista antropológico) e uma forma de organização do conhecimento das coisas (ponto de vista cognitivo).

Portanto, para fazer justiça à complexidade da língua, a teoria linguística deverá ter em conta que a finalidade da língua é a comunicação entre os indivíduos, mas que os conteúdos comunicados não são ‘retratos fiéis’ do mundo, e sim ‘conceptualizações da experiência’. Tais conceptualizações são ao mesmo tempo ‘modos de perceber/interpretar’ as cenas da circunstância comunicativa e produto da realidade histórico-cultural em que a comunidade vive. A análise linguística consiste, desse modo, em descrever como os recursos formais da língua são mobilizados em cada ato discursivo para cumprir essa finalidade.

Para os propósitos da presente exposição, interessam-nos, especialmente, o ponto de vista estrutural e, subsidiariamente, o ponto de vista cognitivo, tendo em vista a relevância do conceito de categoria para o tema enunciado no título.

## **2. Sobre o conceito de ‘categoria’, quando aplicado à língua**

O mundo natural é regido por leis, como as que produzem o frio e o calor, as que formam as nuvens, as que fazem soprar o vento, as que regulam o ciclo da vida. Esse mundo existe por si como uma engrenagem que funciona à revelia de uma escolha, de um comando, de uma decisão. Como seres vivos, fazemos parte desse mundo e estamos sujeitos a essas mesmas leis. A capacidade de pensar e de criar sistemas simbólicos, no entanto, projeta os seres humanos em outro plano, de onde eles são capazes de interferir até mesmo na ordem da natureza: o mundo das relações humanas é regido por um conjunto de convenções e de sinalizações de um universo criado pelos próprios seres humanos.

A matéria prima desse universo não tem limites, até porque muito dela é fruto da imaginação. São experiências, intuições, raciocínios, que se compartilham por meio de enunciados de variada extensão e complexidade. Entretanto, o que o ouvinte ou o leitor fica sabendo não é um ‘retrato fiel’ – que não se sabe ao certo como seria – de umas e outros, mas a forma pela qual as experiências, as intuições e os raciocínios se transformam em conteúdos objetiváveis e objetivados.

Ou seja, nossos discursos não expressam ‘decalques’ do mundo real ou do mundo imaginário, mas significações estruturadas por meio dos materiais e recursos simbólicos constitutivos de uma língua natural. A objetivação depende do conjunto coletivamente disponível de recursos, do conhecimento que o enunciador tem desse conjunto e das escolhas que ele faz com vista ao sucesso do ato comunicativo. Esse ‘conjunto coletivamente disponível de recursos’ compreende um amplo rol de categorias.

E o que são essas categorias, entendidas aqui como componentes básicas da linguagem? Pensemos nas palavras *vento*, *gato* e *medo* e em três enunciados que as contenham: ‘o gato miava’, ‘o vento soprava’, ‘o medo aumentava’.

Estes enunciados se referem a dados da realidade – ou fatos observáveis – objetivamente muito diferentes em função dos modos como são percebidos ou experimentados: *gato* é um animal, um ser ao alcance de nosso olhar e de nossas mãos; *vento* é um fenômeno atmosférico, perceptível sensorialmente, mas apenas nos seus efeitos; *medo* é uma experiência estritamente emocional, um sentimento. No entanto, as expressões usadas para relatar os três fatos são estruturalmente idênticas: o que confere aos três a mesma estrutura é o conjunto comum de categorias: *vento*, *gato* e *medo* apresentam a especificação [substantivo, masculino, singular] e desempenham a função de ‘sujeito’; *miava*, *soprava*, *aumentava* apresentam a especificação [verbo; intransitivo; pretérito imperfeito; indicativo] e desempenham a função de predicado.

Se pararmos para observar os dados da realidade representados nesses enunciados, não encontraremos nada que os assemelhe e possa justificar o uso da mesma construção para dizer o fato observado. A experiência auditiva que

designamos como ‘miar’ denota uma atividade do animal que designamos como ‘gato’, mas o gato é um ‘ser no mundo’ independentemente do que ele faça. Ele não precisa miar para que eu o reconheça e registre sua presença diante de mim. Já a experiência sensorial que designamos como ‘vento’ só existe vinculada ao processo de ‘soprar’; não há vento se não há sopro. Por sua vez, ‘aumentar’ não faz existir a ‘coisa’ que aumenta, mas denota um acréscimo em sua dimensão e em sua capacidade de produzir efeitos.

Tendo por referência os exemplos citados, podemos dizer que a língua ignora as peculiaridades que distinguem objetivamente os respectivos fatos da realidade e, por meio de uma mesma estrutura, formaliza gramaticalmente as três situações como se elas fossem equivalentes. Isso é feito por meio das categorias e do sistema gramatical da língua. As categorias são, portanto, os recursos simbólicos que a língua impõe a seus falantes no ato de ‘pôr em palavras’ as experiências, as intuições, os raciocínios compartilhados.

As experiências dos sentidos e as obras da imaginação são incontáveis e mesmo irrepetíveis, mas a língua não dá conta da singularidade de cada uma. Para exprimi-las, precisa operar por generalização e catalogação. Entre os seres humanos, não há outra forma de inserir os objetos de suas percepções nesse amplo arquivo mental que se chama ‘conhecimento’: os ‘dados do mundo’ ingressam nesse domínio sempre assimilados a esquemas, a categorias formais, a classes.

### 3. Um grão de história

Como quase tudo que pertence à cultura intelectual do Ocidente, a análise da linguagem dá seus primeiros passos na filosofia grega dos anos 400-300 a.C. Em pouco mais de um século esse movimento se consolidaria na obra dos filólogos estabelecidos na colônia de Alexandria, onde foi escrita a primeira gramática da língua grega – a *Tekhné grammatiké* – atribuída a Dionísio Trácio. É nesse trabalho que se encontra um rol de oito partes do discurso (classes de palavras), ratificado ao longo dos séculos e que

perdura nos dias de hoje: nome, verbo, participípio, pronome, artigo, advérbio, conjunção e preposição.

A análise gramatical consagrou a palavra – ou vocábulo – como sua unidade fundamental. Para tanto, foi especialmente notável o detalhamento das categorias de gênero, número, caso, tempo e aspecto com base na variação morfossintática das palavras do grego e do latim, fato que, sabidamente, dá fundamento ao conceito de flexão como meio de acomodar a palavra ao contexto sintático em que ocorre. Por isso, a gramática tradicional tem sido caracterizada como uma "gramática baseada na palavra".

#### 4. Palavra – entre o senso comum e a teoria

A unidade formal que chamamos de ‘palavra’ ocupa um lugar central nas análises empreendidas desde o trabalho pioneiro de Dionísio Trácio. Essa centralidade tem um débito enorme com o modelo de escrita alfabética adotado no mundo greco-romano. Por sua vez, a premissa de que a estrutura do enunciado reproduz uma imagem da estrutura do raciocínio encorajou alguns filósofos antigos – bem como os gramáticos influenciados por eles – a dizer que do mesmo modo que as ideias se combinam para formar pensamentos, as palavras se combinam para formar enunciados.

O parágrafo inicial da seção dedicada à sintaxe de uma gramática sucessivamente editada ao longo de cinquenta anos – a *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira – explicita essa hipótese: “Dois aspectos gerais caracterizam as operações do nosso espírito: *ideias e combinação de ideias*, isto é, IDEIAS e PENSAMENTOS; dois aspectos gramaticais devem corresponder ao estudo da língua como instrumento das manifestações de nossa atividade espiritual: – a PALAVRA e a FRASE. A palavra é a expressão da *ideia*, como a frase é a expressão do *pensamento*”. (PEREIRA, 1942, p. 205).

O *Curso de linguística geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, protagonizou uma ruptura com essa tradição. Para Saussure, por mais que sirva para a ‘expressão do pensamento’ e para a prática da interação social,

não é por esses papéis que uma língua deve ser reconhecida como objeto da ciência da linguagem. Exprime-se o pensamento e pratica-se a interação social por outros meios não necessariamente linguísticos. Segundo Saussure, “a língua é um sistema que não conhece senão sua ordem própria e peculiar”<sup>1</sup>. Por esse postulado, a forma pela qual a substância material de que a língua é feita se organiza nos limites de um sistema autônomo. A intercompreensão depende das relações convencionais entre formas significantes e respectivos significados realizadas por meio de signos depositados na mente das pessoas como produto da experiência do convívio social. Esses signos são analisáveis em unidades menores organizadas por meio de oposições e combinações, configurando uma estrutura particular.

Tal ponto de vista sobre a língua ficou conhecido como ‘estruturalismo’. Na América do Norte, essa tese foi radicalizada nos anos 1930-1940 diante dos problemas suscitados pela descrição de línguas sem tradição escrita. Linguistas envolvidos no estudo de línguas indígenas apontavam a imprecisão teórica da unidade ‘palavra’, e reivindicavam para o morfema o status de verdadeira unidade da estrutura gramatical.

A proposta não vingou nas décadas seguintes, e a palavra permaneceu no lugar de sempre, certamente favorecida por outros fatores. Entre eles estão, a meu juízo, a realidade e o triunfo da escrita alfabética no mundo ocidental, cenário maior do desenvolvimento dos estudos gramaticais. Com efeito, a delimitação da palavra mediante espaços em branco comprova sua realidade intuitiva como unidade, por mais que seu status teórico seja posto em questão. Os problemas que persistem podem ser enfrentados e contornados, contanto que se tenham presentes dois pressupostos: a) as convenções gráficas não são isentas de incoerências (cf. *depressa / de repente; sem-sal / sensabor*), b) existem graus variados de soldadura das unidades em contato no contexto da frase (cf. *toda vez que / todas as vezes em que; vamos embora / vambora*).

---

1 Cito pela tradução espanhola de Amado Alonso: “la lengua es un sistema que no conoce más que su orden propia y peculiar.” (p. 70).

## 5. A palavra como unidade: critérios

Apresentaremos a seguir alguns critérios que se adotam no esforço de conferir à unidade ‘palavra’ um status descritivo operacional nas modalidades falada e escrita. A intuição da palavra na fala é apenas um ponto de partida, pois é comum o erro gráfico por parte de pessoas semialfabetizadas, que consiste em juntar o artigo e o substantivo (*amesa*, por *a mesa*), o verbo e o pronome átono (*memudei*, por *me mudei*), fenômeno indicador de que na fala só intuímos como palavras distintas as que têm acento próprio.

### 5.1 Critério I: pausa potencial

Segundo este critério, os limites entre palavras são pontos em que se pode fazer uma pausa considerada normal na enunciação lenta. Assim, no enunciado *Você pode ultrapassar esta marca*, temos cinco palavras separáveis por pausas que coincidem com os espaços em branco. Embora relevando o fato de que, mesmo na enunciação lenta, uma pessoa em sua fala normal não faz pausas entre todos os vocábulos, mas entre grupos de vocábulos, pelo menos duas razões tornam este critério ineficiente para os nossos propósitos descritivos: 1a – o *me* de *Ela me viu sair* tem o status de palavra, embora não se separe jamais do verbo, seja por meio de pausa, seja pela intromissão de outra unidade; 2a – certas construções como *banana-maçã*, *portajóias*, que consideramos vocábulos compostos, podem no discurso lento ser desmembradas por pausa com duração equivalente à que separa o adjetivo *verde* do substantivo *banana* em *banana verde*, obviamente uma combinação de dois vocábulos.

### 5.2 Critério II: coesão interna

Por este critério, os segmentos *ultra* e *passar*, que são formas com significado, constituem juntos uma só palavra, visto que a ordem deles é

irreversível tanto quanto não se pode separá-los pela intercalação de uma terceira unidade. O mesmo se pode dizer de estruturas como *banana-maçã* e *porta-joias*.

A coesão interna reside ainda na indissolubilidade do vocábulo: seus constituintes são resistentes à elipse. Assim, se podemos dizer 'os guardas-florestais correm mais riscos do que os de trânsito', suprimindo por elipse a segunda ocorrência de *guardas*, é porque a construção *guarda de trânsito* constitui uma combinação de palavras gramaticalmente autônomas, e não uma palavra composta. Por outro lado, os constituintes de *pé de cabra* (nome de uma ferramenta) não estão sujeitos à elipse, haja vista a estranheza de um enunciado como *\*O pé de valsa é um dançarino, e o de cabra uma ferramenta*.

### 5.3 Critério III: autonomia gramatical

O critério II é capaz de conduzir-nos à conclusão de que em *fala-se* e em *a casa* estamos diante de dois vocábulos, mas nada nos diz sobre a natureza mesma de *se* ou de *a*, isto é, não esclarece se, por não apresentarem qualquer "coesão interna" – pois são segmentos unitários do ponto de vista gramatical – eles não deveriam pertencer a outra classe de unidades. O critério que permitirá essa decisão é o III, segundo o qual uma unidade se diz gramaticalmente autônoma sempre que pode separar-se, pela intercalação de outra unidade, da que lhe vem contígua, ou com esta trocar de posição. Podemos então decidir que tanto *ultrapassar* como *me* e *a* são palavras, já que satisfazem o que prescreve o critério III. Com efeito, tanto podemos dizer *me viu* como *viu-me*, *a casa* ou *a minha casa*, mas não *passarultra* ou *ultra pode passar*.

Foi baseado no compromisso entre os critérios II e III que Celso Cunha (1975: 89) assim definiu o vocábulo enquanto unidade gramatical: "menor unidade significativa autônoma da frase, constituído por um ou mais morfemas, associados segundo uma ordem própria da língua".

## 6. Classes de palavras: critérios de identificação

A tradição escolar nos ensinou a identificar as diferentes classes de palavras pelo que elas significam: substantivos nomeiam seres e objetos, verbos denotam ações e processos, advérbios expressam circunstâncias. Esse é, de fato, o perfil de muitos substantivos (peixe, lápis), verbos (nadar, crescer) e advérbios (agora, assim). No entanto, a existência de tantas outras espécies semânticas de substantivos, de verbos e de advérbios impede a formulação de definições concisas e abrangentes para essas classes com base no que as formas reunidas em cada uma significam.

Os critérios de classificação devem ser objetivos e abrangentes. No caso das palavras, esses critérios têm de se basear em suas propriedades gramaticais, presentes em sua forma (características morfológicas) e reveladas nas posições que ocupam e nas relações que contraem no interior da frase (características combinatórias ou sintáticas). Algumas vezes a aplicação de um único critério é suficiente: o critério morfológico é bastante para o reconhecimento de um verbo; o critério sintático é o único capaz de distinguir uma preposição de uma conjunção subordinativa. Outras vezes, é preciso combinar os dois critérios.

Uma característica importante de uma classe de palavra está nas combinações que ela aceita ou que rejeita. A interjeição distingue-se de todas as outras por não apresentar essa propriedade: sua ocorrência no discurso equivale sempre a um ato comunicativo autônomo. Desse modo, podemos dizer que, excetuada a interjeição – que só existe como expressão concisa de um ato comunicativo – as classes de palavras são peças de um sistema formal a que damos o nome de *língua*.

É na estrutura desse sistema formal que devemos encontrá-las, caracterizá-las e defini-las. Tenhamos sempre presente a seguinte premissa: as palavras não são parcelas do pensamento, nem tampouco expressões de fenômenos, situações ou coisas encontradas ao nosso redor. As palavras são categorias da linguagem, conforme o conceito apresentado no item 3.

## 7. Importância e utilidade das classificações

Sabemos que todo procedimento classificatório é um esforço para pôr as coisas em ordem para diversos fins. Quando classificamos palavras, o que se pretende é revelar como elas tomam parte no sistema de regras da língua: a gramática. A classe de uma palavra é, portanto, a essência de sua identidade gramatical.

O reconhecimento de um rol de classes serve para que as regularidades relativas ao funcionamento de cada palavra na organização geral da língua possam ser enunciadas de forma objetiva, abrangente e econômica. Toda classificação é baseada em algum critério, de acordo com o objetivo que se pretende alcançar por meio dela. No caso que aqui nos interessa, a classificação leva em conta o que acontece regularmente com a palavra, considerando sua forma e as combinações de que ela participa na construção dos enunciados.

Uma classe de palavra equivale, portanto, a um molde gramatical, caracterizado por propriedades sintáticas (posição e combinações obrigatórias ou possíveis na frase) e morfológicas (variações de forma a que está sujeita). Ao privilegiar esses dois critérios, estamos, implicitamente, indicando que a classe de uma palavra não é deduzida do significado que ela expressa. Isso quer dizer que é inadequado definir substantivo como ‘espécie de palavra de nomeia os seres em geral’ ou verbo como ‘palavra que expressa ação, estado ou fenômeno’. Pode-se perfeitamente identificar a classe de uma palavra cujo significado não se conheça. Não se deve, porém, concluir desse fato que a classe de uma palavra nunca tem qualquer influência sobre seu significado.

Tomemos o caso de ‘atleta’ no enunciado *o atleta ganhou sua segunda medalha de ouro na competição*. Trata-se de um substantivo, não porque designe uma pessoa no mundo, um ser vivente, mas porque reúne as características gramaticais gerais da classe *substantivo*. E que características são essas? 1) ser portador de um gênero (*masculino* versus *feminino*: atleta famoso / atleta famosa), 2) ser variável em número (*singular* versus *plural*: atleta / atletas) e 3) poder ser imediatamente precedido da forma *o* ou *a*

conforme o respectivo gênero (*o* atleta / *a* atleta). Essas informações valem para *medalha*, *ouro* e *competição*, que também são substantivos.

Tomemos agora o caso de ‘ganhou’. Trata-se de um verbo, não porque denote uma ação, mas porque integra um grupo de formas – um paradigma – para a expressão de um conjunto sistemático de informações, como tempo – *passado* ([eu] ganhei) versus *presente* ([eu] ganhou) –, pessoa – *primeira* ([eu] ganhou) versus *terceira* ([ele] ganha) – e número – *singular* ([ele] ganha) versus *plural* ([eles] ganham). Essas informações valem para ‘conquistar’, ‘disputar’ e ‘perder’, que também são verbos (conquistei / conquisto / conquista / conquistam; disputei / disputo / disputa / disputam; perco / perdi / perde / perdem).

## 8. A proposta de j. mattoso câmara jr.

Em vigor no Brasil desde 1959 como medida voltada especialmente para a área pedagógica, a nomenclatura oficial contempla dez classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, numeral, pronome, artigo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Atentas aos requisitos do mercado do livro didático, as gramáticas escolares escritas desde então aderiram amplamente à uniformização terminológica, prática que se mantém resistente às inovações oriundas da renovação teórica que se processa no campo da ciência linguística.

Um fruto bem conhecido dessa renovação é a *Estrutura da língua portuguesa*, obra publicada postumamente em 1970, em que o linguista brasileiro J. Mattoso Câmara Jr. Propôs uma classificação baseada na aliança de dois critérios. O primeiro agrupa as palavras em quatro classes amplas, de acordo com características semânticas e formais (critério morfossemântico) : NOME, VERBO, PRONOME, e CONECTIVOS. O segundo critério as discrimina, dentro da respectiva classe ampla, conforme as posições que ocupam e as combinações que aceitam na frase.

O verbo apresenta um paradigma exclusivo, pois só ele se flexiona em tempo-modo e número-pessoa. O nome e o pronome, por sua vez, são palavras

dotadas de número e gênero, expressos pelo mesmo mecanismo flexional. A diferença entre eles se baseia, de um lado, na maneira pela qual fazem referência aos conteúdos comunicados, e, de outro, em certas propriedades formais exclusivas de uma subclasse dos pronomes, como veremos mais à frente.

Os nomes realizam uma referência a seres ou a classes de seres, que permite distingui-los no conjunto de nossas experiências biossociais. Os pronomes, por sua vez, efetuam uma referência que os interlocutores só identificam quando compartilham o contexto e/ou a situação comunicativa. Em *As roupas sujas ficam no cesto redondo*, ‘roupa’, ‘sujas’, ‘cesto’ e ‘redondo’ são nomes porque permitem reter na memória a identidade de algum objeto conhecido, igual a si mesmo independentemente do contexto ou da situação em que o enunciado seja proferido. Pensemos agora em *Essas roupas ficam naquele cesto*. Para ser compreendido, esse enunciado tem de ser proferido em uma situação comunicativa que permita ao destinatário interpretar corretamente a referência de ‘essas’ e ‘aquele’. Essa interpretação só é possível se a situação comunicativa for compartilhada com o emissor do enunciado. Logo, ‘essas’ e ‘aquele’ são pronomes. Levando mais longe a ligação entre pronomes e situação comunicativa, note-se o efeito das substituições em um enunciado ainda mais sintético: *Elas ficam ali*. As referências de ‘elas’ e ‘ali’ se tornaram dependentes da situação. Ambos são pronomes.

Do ponto de vista mórfico, uma parte dos pronomes apresenta formas distintas conforme a pessoa do discurso a que se referem. Entre estes pronomes, os denominados “pessoais” têm formas distintas para cumprir as funções de sujeito e complemento (eu/me/mim). Acrescente-se, quanto ao aspecto mórfico, que vários pronomes apresentam, ao lado das formas masculina e feminina, uma terceira forma “neutra” (cf. *aquilo*, em face de *aquela / aquela*).

O segundo critério de Mattoso Câmara Jr. Redistribui os nomes, os pronomes e os conectivos segundo características posicionais e combinatórias, isto é, sintáticas. O nome e o pronome podem ser substantivos, adjetivos ou advérbios; os conectivos podem ser conjunções ou preposições. Estes papéis

só podem ser identificados no contexto da frase: em *meus amigos mineiros*, *amigos* é o núcleo da construção, classificado por isso como substantivo, ao passo que *mineiros*, constituinte acessório, é um adjetivo; por outro lado, em *os povos amigos*, *amigos* funciona como adjetivo. Substantivos são termos nucleares ou determinados, e adjetivos são termos periféricos ou determinantes, para usar uma terminologia conhecida.

Na mesma linha de raciocínio, diz-se que em *Eles são meus amigos*, *eles*, sujeito da oração, é um pronome substantivo, enquanto *meus*, periférico em relação a *amigos*, é um pronome adjetivo. Ademais, o nome e o pronome podem funcionar como advérbios se o termo que acompanham é um verbo. É o que se passa com *alto* e *aqui* em *Eles conversavam alto* (nome adverbial) e *Eles conversavam aqui* (pronome adverbial).

Quanto aos conectivos, há, segundo Mattoso Câmara, os que ligam palavras (preposições) e os que ligam orações (conjunções). Assim, em *casa de tijolos*, *de* é uma preposição, cabendo, porém, a *enquanto* o papel de conjunção em *Ela ria enquanto você chorava*.

## 9. Considerações sobre a proposta de J.M.C.JR.

### 9.1 Conectivos

É insatisfatório o fundamento escolhido por Mattoso Câmara para distinguir preposições e conjunções. Com efeito, *e* é uma conjunção em *Paula e Vera são primas*, apesar de estar ligando palavras; *para* é uma preposição na frase '*Comprei esta cesta para jogar lixo*', embora ligue estruturas dotadas de verbo e sujeito, isto é, orações. Comparem-se: *para jogar lixo*, *para você jogar lixo*, *para que você jogue lixo*. Seria descritivamente antieconômico considerar o *para* ora conjunção, ora preposição. Na realidade, a preposição têm muito em comum com a conjunção subordinativa, já que a construção (vamos chamá-la de B) encabeçada por uma delas tem um valor sintático distinto da unidade precedente (vamos chamá-la de A). A construção maior, formada por A + B,

tem uma identidade formal e funcional projetada por sua base, o constituinte A. Na coordenação, a base vem duplicada: A e B são equivalentes.

Trocando em miúdos: a função de *cestas* em *Comprei cestas de plástico* equivale à do conjunto *cestas de plástico*. A diferença entre preposições e conjunções subordinativas consiste em que as primeiras introduzem estruturas sem conteúdo modo-temporal explícito (*Comprei esta cesta para você jogar o lixo*), enquanto as últimas introduzem estruturas cujo conteúdo modo-temporal se explicita (*Comprei esta cesta para que você jogue o lixo*). As conjunções coordenativas ligam quaisquer construções niveladas funcionalmente na frase: elas não criam novas funções, ao contrário dos outros conectivos. Assim, diante da frase *Soubemos que a chuva durou uma semana e os rios transbordaram*, percebemos que as estruturas *a chuva durou uma semana e os rios transbordaram* se igualam funcionalmente por intermédio do *e*; já em *Soubemos que os rios transbordaram porque a chuva durou uma semana*, as mesmas estruturas se acham numa relação hierárquica; a conjunção *porque* "criou" a função de adjunto adverbial exercida pela oração que ela introduz.

## 9.2 Pronome relativo

Sensível ao seu papel conectivo, Júlio Ribeiro lhe chamou pronome conjuntivo; Eduardo Carlos Pereira também se vale dessa terminologia, mas em caráter alternativo à designação pronome relativo.

O pronome relativo não tem lugar no quadro elaborado por Câmara Jr., que não prevê um papel conectivo para os pronomes, nem, tampouco, um papel pronominal para os conectivos. Proponho uma seção à parte para o pronome relativo, considerando sua natureza mista; deveria ter outra denominação – algo como ‘conectivo pronominal’ – e constituir uma classe independente. Não vou me estender mais sobre essa questão aqui. Remeto para o quadro final, em que se reúnem e se contrastam as características das diferentes classes de palavras.

### 9.3 Artigo e numeral

Passamos em seguida a examinar duas classes reconhecidas pela nomenclatura oficial brasileira, mas que não vêm discriminadas como tais na proposta de Mattoso Câmara: o artigo e o numeral. Veremos que não se trata de uma omissão, e sim de uma interpretação diferente.

Uma análise mais detida do que as gramáticas escolares chamam “artigo” poderia revelar que as unidades arroladas sob esta rubrica constituem subclasses dos pronomes demonstrativos e indefinidos. Os artigos definidos (*o, a, os, as*) perderam certos privilégios sintáticos dos pronomes demonstrativos propriamente ditos, mas guardam o valor dêitico de sua origem histórica. Eunice Pontes (s/d: 5), investigando a distribuição dos determinantes em português, chegou a afirmar que não encontrou evidência sintática que a levasse a considerar o artigo definido uma classe distinta dos demonstrativos. Este era também o pensamento de Vendryes (1943: 157), relativamente ao francês, e de Jespersen (1975: 85) em relação ao inglês.

Morfossintaticamente, não falta ao artigo qualquer das características dos pronomes demonstrativos: todos variam em gênero e número e apresentam uma forma “neutra”. Com efeito, em *Não entendi o que ele disse*, o *o* é o equivalente neutro da série *o, a, os, as* do mesmo modo que *isto, isso e aquilo* o são das séries encabeçadas por *este, esse e aquele*.

Para a língua espanhola, Llorach (1970: 170-1) manteve a classe dos artigos, restringindo esta denominação, entretanto, às formas ditas definidas, em face da diferença de privilégios sintáticos entre *el* e *un*. O mesmo se pode dizer do português, em que o que se opõe às formas *o, a, os, as* é a ausência delas. Este esquema é, aliás, o que se verifica na origem dessas formas, como esclarece Mattoso Câmara: “É uma forma pronominal nova, chamada tradicionalmente ‘artigo’, que o latim clássico desconhecia, mas se desenvolveu pouco a pouco no latim vulgar por uma extensão do emprego de um demonstrativo (...); assim, a sua ausência indicava **ipso facto** uma

referência indefinida, que podia ser mais enfática com a presença do numeral *unus, una* em nova função”. (1975: 97-8)

Em *Comprei os sapatos* e *Comprei sapatos*, a presença de *os* institui uma referência dêitica, ao passo que sua ausência indetermina, deixa indefinido o objeto *sapatos*. O que se opõe a *um, uma, uns, umas* é *vários, muitos*.

Quanto aos privilégios sintáticos, vale observar os seguintes dados: *Se você for à cidade comprar doces húngaros, compre uns doces pra mim* ou, simplesmente, *compre uns pra mim*. Por outro lado, se dissermos *Se você for à cidade comprar os doces húngaros...*, a sequência *traga os para mim* não é possível, se quisermos considerar aquele *os* um artigo. Donde se conclui que o artigo requer sempre a presença de um constituinte do sintagma nominal a que pertence para figurar no discurso, ao passo que *um, uma* não fazem esta exigência. Observe-se: *Apanhe as bolas azuis, mas deixe as amarelas onde estão*. Neste exemplo, *as bolas amarelas* forma um único sintagma; assim, a presença do adjetivo ‘amarelas’ satisfaz a exigência a que nos referimos e permite a ocorrência do *as* desacompanhado de bolas. Esta peculiaridade sintática nos parece suficiente para conferir às formas *o/a/os/as* uma classe à parte – artigos – distinta dos pronomes demonstrativos (*este/esse/aquele* e flexões) e dos pronomes indefinidos (*um/uma/uns/umas*).

Por fim, uma palavra sobre a classe tradicionalmente denominada *numerais*. Na *Estrutura*, Mattoso não chegou a fazer qualquer referência a eles. Já no *Dicionário de filologia e gramática* define-os como uma espécie de nome. Os numerais, como os nomes, ora são determinantes (posição periférica), ora determinados (posição nuclear), na estrutura do sintagma nominal. Semanticamente, são quantificadores definidos por oposição a *todo, muito, vários, menos*, etc, que são quantificadores indefinidos. Uma parte deles é variável em gênero (*dois / duas, quatrocentos / quatrocentas*).

Pelas definições que se leem nas gramáticas, vê-se que a designação de quantidade definida é que tem valido aos numerais uma classe à parte. Todavia, se parece “normal” considerar *dez, década, dezena* numerais, o mesmo não acontece quando se trata de *lustro, semana, hora, polegada*,

que, no entanto, também denotam quantidades determinadas. Cremos que as propriedades gramaticais – distribuição e morfologia – desses vocábulos são muito mais relevantes. Do ponto de vista da morfologia lexical, a associação observada entre *quinzena* e *quinzenal* é a mesma que vincula *mês* a *mensal*, *semana* a *semanal*. Também em *decímetro*, *quinquênio*, vemos numerais formando compostos como raízes nominiais em aglutinação. Por essas razões, as formas que nossas gramáticas classificam como numerais pertencem à ampla classe dos nomes, ora substantivos, ora adjetivos.

## 10. Quadro sinóptico

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Nome (substantivo)	É dotado de gênero gramatical (masculino / feminino) e passível de variação em número (singular /plural). O gênero respectivo pode ser indicado na forma: <i>primo</i> [m.]/ <i>prima</i> [f.]; <i>coroamento</i> [m.], <i>coroação</i> [f.]. A variação de número é sempre expressa na forma: <i>primo/primos</i> ; <i>anel/anéis</i> .	Ocupa a base de um SN para a função de sujeito ou de complemento. No desempenho de função referencial (v. coluna C), depende, geralmente, de outras palavras adjuntas, para as quais pode transferir as categorias mencionadas na coluna A: <i>o primo / a prima</i> , <i>meu outro primo/minha outra prima</i> , <i>esse primo famoso/essa prima famosa</i> .	Sua função primordial na comunicação é “dar nome”, ou, em sentido mais técnico, possibilitar a objetivação de um conteúdo de consciência por meio de um ato referencial.

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Nome (adjetivo)	Pode apresentar variação de forma para distinguir feminino de masculino (muro <i>alto</i> /cerca <i>alta</i> ) e plural de singular (muro <i>alto</i> /muros <i>altos</i> ), sempre de acordo com a condição prevista na coluna B do substantivo.	Ocorre sempre acompanhando um substantivo ou a ele se referindo por intermédio de um verbo na função de adjunto (caverna <i>escura</i> ) ou de predicativo (a caverna é <i>escura</i> /ela é <i>escura</i> )	Expressa um atributo qualificador ou propriedade classificatória de uma entidade nomeada pelo substantivo (castelo <i>mal-assombrado</i> , carta <i>extensa</i> ; castelo <i>medieval</i> , carta <i>comercial</i> )
Nome (advérbio)	É sempre uma forma derivada de um nome adjetivo, seja por conversão, seja por derivação sufixal.	Acompanha – em carácter acessório – verbo (Conversavam <i>calmamente</i> / <i>frequentemente</i> / <i>baixinho</i> ), nome adjetivo ( <i>ricamente</i> vestidas) ou oração ( <i>Felizmente</i> todos se salvaram).	Expressa uma variedade de circunstâncias associadas ao significado do nome adjetivo básico (Conversavam <i>calmamente</i> / <i>baixinho</i> (modo) / <i>raramente</i> (frequência), <i>Felizmente</i> todos se salvaram (ponto de vista/opinião).
Verbo	Apresenta um conjunto (paradigma) de formas exclusivo para exprimir e distinguir épocas ou momentos em que se passam fatos ou se observam situações: a nuvem <i>cobre</i> a montanha / a nuvem <i>cobria</i> a montanha / a nuvem <i>cobrirá</i> a montanha.	É sempre parte obrigatória do que chamamos uma oração.	Representa situações, processos, ações (a nuvem <i>cobre</i> a montanha /a pedra <i>rolou</i> do morro / <i>pintei</i> a parede).

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Pronome (substantivo)	Apresenta formas diferentes para distinguir pessoa gramatical ( <i>eu/ tu/ele isto/isso/aquilo</i> ) e funções sintáticas ( <i>eu/ me/mim, ele/o</i> ); distingue singular e plural com formas diferentes ( <i>eu/ nós</i> ) ou variando de forma ( <i>você/vocês, ele/eles, </i> ); varia de forma também para especificar a distinção masculino <i>versus</i> feminino ( <i>ele/ela; este/esta; meu/ minha</i> ) ou para neutralizar tal diferença ( <i>isto/isso/ aquilo/alguém/nada</i> ).	Preenche o lugar do SN nos papéis de sujeito ( <i>eu/nós/ ele</i> ), complemento de verbo ( <i>me/nos/o</i> ) e complemento de preposição ( <i>mim/nós/ ele</i> ).	Expressa uma variedade de sentidos (pessoa gramatical, localização, posse, identidade, diferença, quantidade/ espécie indeterminada)
Pronome (adjetivo)	Apresenta formas diferentes para distinguir pessoa gramatical ( <i>este/ esse/aquele</i> ); distingue masculino e feminino, singular e plural variando de forma ( <i>este/esta/estes/ estas; meu /minha/ meus/ minhas</i> ).	Antepõe-se – e eventualmente se pospõe – ao substantivo ( <i>esse muro/ muro esse, o meu primo/ um primo meu, algum sapato/ sapato algum, outro sapato</i> ).	Expressa uma variedade de sentidos (pessoa gramatical, localização, posse, identidade, diferença, quantidade/ espécie indeterminada)

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Pronome (advérbio)	É invariável	Acompanha verbo (trabalha <i>aqui</i> , voltará <i>amanhã</i> ), nome adjetivo (eram <i>tão</i> pobres) e outro advérbio (acordei <i> muito</i> tarde).	Exprime três conjuntos básicos de noções: a) <u>dêicticas</u> : o lugar(ex.: trabalha <i>aqui</i> ), o tempo (ex.: nasceu <i>ontem</i> ) e o modo (andava <i>assim</i> ) do fato enunciado; b) <u>quantificadoras</u> : a intensidade de atributos e processos ( <i>muito</i> rápido, fala <i>pouco</i> ) e a frequência do fato (está <i>sempre</i> sozinho); c) <u>escalares</u> : o lugar (lavar por <i>fora/ dentro</i> ); o tempo (acordam <i>cedo/tarde</i> ).
Artigo	Varia de forma, distinguindo masculino de feminino ( <i>o</i> muro/ <i>a</i> parede) e singular de plural ( <i>o</i> muro/ <i>os</i> muros)	Sua ocorrência implica sempre a existência de um substantivo, claro ou elíptico. Posiciona-se ordinariamente no início do SN, precedendo várias outras palavras – p. ex., os pronomes que também se antepõem ao substantivo ( <i>o</i> sapato, <i>o</i> outro muro, <i>o</i> meu outro sapato)	A função semântica primária do artigo é caracterizar a entidade denotada pelo substantivo como conhecida na situação comunicativa, seja em referência à espécie ( <i>O</i> gato é um animal doméstico), seja em referência a uma situação específica (Lúcia levou <i>o</i> gato para vacinar)

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Conectivo de coordenação (Conjunção Coordenativa)	É invariável.	Ocorre na fronteira de duas palavras, de duas construções, de duas orações.	Expressa uma variedade de sentidos ao relacionar pelo menos duas palavras, duas construções, duas orações equivalentes quanto à função: Comprei calças <i>e</i> camisas (dois objetos diretos); Vocês vieram de ônibus <i>ou</i> de avião? (dois adjuntos adverbiais); Come muito, <i>mas</i> é magro (duas orações independentes).
Conectivo de subordinação I (Preposição)	Não muda de forma, é invariável.	Vem sempre anteposta a uma unidade nominal para formar com ela uma estrutura no papel de adjunto ou de complemento: café <i>sem açúcar</i> ; sentou <i>para descansar</i> ; acredite <i>em mim</i> .	Expressa uma variedade de sentidos entre as palavras ou construções que esteja conectando. Quando é selecionada pela palavra que a precede, a preposição pode ter seu significado esvaziado. Nesse caso, a construção que ela introduz tem o papel de complemento. Ex.: preciso <i>de ajuda</i> ; acredite <i>em mim</i> .

continua

	A (Características morfológicas)	B (Características sintáticas)	C (Características semânticas)
Conectivo de subordinação 2 (Conjunção subordinativa)	É invariável.	Precede uma oração provida de tempo especificado, com a qual forma uma construção no papel de adjunto (conj. adverbial) ou de complemento (conj. integrante), traço que tem em comum com a preposição.	Como introdutora de orações adverbiais, expressa uma variedade de significados: tempo, causa, condição, consequência etc. Como introdutora de oração completiva, pode ser fatural (que) ou hipotética (se).
Conectivo de subordinação 3 (Pronome [substantivo, adjetivo ou adverbial] relativo)	Quando é substantivo, compreende uma forma invariável (que) e um quarteto de formas que variam em gênero e número (o qual / a qual / os quais / as quais); quando é adjetivo, também é variável em gênero e número (cujo / cuja / cujos / cujas); quando é advérbio, é invariável (onde / como / quando)	Integra uma construção oracional – ao mesmo tempo que conecta essa construção ao antecedente nominal imediato – e, sendo variável, absorve os traços de gênero e número desse antecedente ( <i>o qual</i> etc.) ou do substantivo subsequente ( <i>cujo</i> etc.)	Em função substantiva, este conectivo é estritamente anafórico, a exemplo dos pronomes pessoais. No caso específico da série adjetiva <i>cujo/ cuja/ cujos/ cujas</i> , soma-se ao valor anafórico um leque de sentidos – com destaque para posse ou parte – que se depreendem de seu emprego como adjunto: a criança <i>cujos</i> pais...; o livro <i>cuja</i> capa... No papel adverbial, denotam lugar ( <i>onde</i> ), modo ( <i>como</i> ) e tempo ( <i>quando</i> )

## Finalizando

Ao se assumir movida pelo compromisso em oferecer subsídios para um tratamento didático do tema ‘classes de palavras’, nossa proposta buscou um equilíbrio entre a tradição consolidada nas gramáticas escolares e a revisão classificatória conduzida pelo linguista que deu início à modernização dos estudos gramaticais no Brasil. Desse modo, acolhemos o espírito geral da proposta de Mattoso Câmara, que parte do agrupamento das palavras em quatro grandes classes morfossemânticas – *nomes*, *verbo*, *pronomes* e *conectivos* – e, em seguida, as subclassifica no interior de cada grupo por critério sintagmático. Essa taxonomia não modifica substancialmente a tradicional, mas procura reduzir o problema da heterogeneidade de critérios.

Algumas particularidades não foram abordadas por limitação de espaço do presente texto. A classe dos pronomes, por exemplo, comporta subclasses, já identificadas pelos rótulos tradicionais – pessoais, indefinidos, etc. – mas não suficientemente caracterizadas em função de suas peculiaridades sintáticas. Numa comunicação intitulada "Os Determinantes em Português", Eunice Pontes examinou algumas dessas subclasses; entre elas a dos *referenciadores*, que se distinguem dos *indefinidos* por poderem vir precedidos de "todos os" (cf. todos os *outros* / *mesmos* / *tais* meninos), o que não acontece com os indefinidos (cf. *todos* ou *alguns* meninos). Por sua vez, os indefinidos ocorrem nas construções partitivas (cf. *alguns dos* meninos).

O primeiro requisito para uma abordagem proveitosa das classes de palavras é estar sensível às limitações do modelo tradicional herdado da análise das línguas clássicas. Afinal, esse é o modelo mais completo de que dispomos. Mesmo as gramáticas mais ambiciosas e modernas se apoiam nele. Em nível universitário, a tarefa central do professor é investigar esse modelo em sua natureza e limitações; no 2o grau, chamar a atenção para essas limitações, a fim de familiarizar o estudante com o status da linguagem como objeto de conhecimento científico e filosófico. No 1o grau, cabe-nos apresentar, sem envolvimento crítico, o modelo, evitando, porém, certas

definições viciosas que, exclusivamente baseadas no significado, têm pouca abrangência, tendem a ser subjetivas e acabam se revelando imprestáveis como pistas para reconhecimento da classe ou categoria em questão.

Toda classificação é fruto da observação de caracteres que, relevantes de um certo ponto de vista, são comuns a um conjunto de fenômenos ou objetos. Iniciar o aluno na taxonomia é, portanto, desenvolver a habilidade racional da observação e da organização dos dados da nossa experiência. Tarefa de todos os professores, de todas as disciplinas. Trabalho integrado do qual se extraem as consequências para aplicação no objeto particular de cada disciplina.

## Subsídios bibliográficos

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.

\_\_\_\_\_. Sobre a classificação das palavras. In: ---. **Dispersos**. Sel. e introd. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 3-7.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fename, 1975.

FERNANDES, Eulália. Classes de palavras: um passeio pela História. In: VALENTE, André (org.) **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 139-152.

JESPERSEN, Otto. **The philosophy of grammar**. London: George Alien & Unwin, 1975.

LLORACH, Emilio Alarcos. **Estudios de gramática funcional del español**. Madrid: Gredos, 1970.

LYONS, John. **Introduction to theoretical linguistics** [1968]. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

PONTES, Eunice. Os determinantes em português. Revista Tempo Brasileiro (53/54). RJ: Tempo Brasileiro, 1978.

ROSA, João Guimarães. **Tutaméia (terceiras estórias)**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística general** [1945]. Traducción, prólogo y notas de Amado Alonso. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1961.

VENDRYES, Joseph. **El lenguaje**. Trad. Manuel de Montoliu y José M. Casas. Barcelona: Ed. Cervantes, 1943.